



PEC dos Precatórios: Ontem a comissão especial da Câmara aprovou PEC dos precatórios que institui um limite ao pagamento de precatórios e altera o indexador da regra do teto de gastos, a fim de liberar recursos para “viabilizar” a expansão do Bolsa Família.

O texto segue para o plenário da Câmara, onde precisa ser votado em 2 turnos, o que avaliamos não terá grandes entraves, e depois segue para o Senado onde passará pelo mesmo rito e não pode sofrer alterações, uma vez que voltaria para a Câmara.

O montante ao qual se pretende liberar é de cerca de R\$80bi, com R\$50bi vindos da limitação do pagamento de precatórios e o restante das regras fiscais.

Em termos práticos, a PEC dos precatórios em si, que limita o pagamento das dívidas no teto de gastos, é um esfacelamento do arcabouço do teto, uma vez que tira do mecanismo uma parte relevante de despesas obrigatórias. Logo o teto passa a servir apenas para outras coisas, à qual grande parte tem apenas um piso como Educação e Saúde.

Apenas isso já seria suficiente para que os preços dos ativos refletissem a quebra do arcabouço fiscal, mas, além disso, a oportuna troca do indexador, altera de fato o teto, e torna o processo de construção do orçamento apenas um exercício de retórica, uma vez que o grau de incerteza sobre os limitadores, se é que existirão no próximo ano, incertos.

Resta, nesse momento, saber como se dará a tramitação do texto no Senado, visto que na Câmara, até mesmo a quebra de interstício é dado como favas contadas. Ontem mesmo o Senador Rodrigo Pacheco afirmou que dará celeridade tramitação ao texto, o que pode ser considerado uma estratégia dominante, visto que não teria porque o mesmo se colocar como uma barreira deliberadamente. Contudo não podemos esquecer que Pacheco pretende ser adversário de Bolsonaro nas próximas eleições e parece estranho o mesmo viabilizar o palanque de R\$400 do Bolsa família para o atual presidente.

De todo modo, o ambiente é de incerteza e poucos querem pagar para ver se Pacheco será o novo keyman da agenda liberal, segurando a PEC dos precatórios e a destruição do arcabouço fiscal, ou se atuará tendo aprovando o texto mediante a perspectiva de que a situação econômica para Bolsonaro apenas piorará no ano que vem.

Debandada da equipe econômica: Ontem diversos secretários pediram para sair do governo a medida que houve uma severa guinada populista, com esfacelamento do arcabouço fiscal. O excelente Bruno Funchal foi um deles. Mais do que a própria nota do Ministério da Economia possa ter afirmando, que

o mesmo deixou o cargo por motivos pessoais, o secretário poderia ser indiciado criminalmente conforme a LRF caso as pretensões expansionistas do governo fossem efetivadas a qualquer custo.

A debandada suscitou maiores temores de que Guedes poderia sair, o que logo foi negado pelo Presidente. O fato é que Guedes, ou por fraqueza ideológica ou por fraqueza política é bem menor do que já foi em outros momentos. Evidentemente que sua saída abriria um flanco sem precedentes na já fragilizada diretriz econômica do governo.

Não será comentada a Bolsa Caminhoneiro anunciada por Bolsonaro pela irrelevância de montante econômico em termos de nação. Contudo vale pontuar que a guinada populista tem severas implicações sobre o viés ideológico e a medida é um reflexo disso.

Alteração do cenário: Pontuamos que mediante ao ocorrido ontem alteramos nosso cenário. Apenas os preços dos ativos já seria suficiente para elevar o juro neutro, mas além disso as sinalizações de que o descalabro fiscal será efetivo, fizeram-nos alongar o ciclo de juros. Elevamos nossa projeção de 9,25% para 10,50%, com ciclo de alta terminando na terceira reunião de 2022. Com isso o PIB 22 caiu de 1,5% para 1,2%, segurando a inflação em 3,9% a despeito da revisão de cambio para cima (de R\$ 5,20/US\$ para R\$ 5,40/US\$).

Com a desaceleração econômica encomendada com o processo restritivo do juro, o PIB de 2023 recuou de 2,1% para 2,0%, com a inflação cedendo de 3,1% para 3,0%, abaixo da meta de 3,25%.

Para 2021 a única alteração relevante se deu no cambio de final de período que subiu de R\$5,35/US\$ para R\$5,50/US\$, refletindo o Brasil com menor capacidade de solvência no médio e longo prazo.

Étore Sanchez
Economista-chefe da Ativa Investimentos